

República

ANO 62 (2.ª SÉRIE)

N.º 15 424

SEGUNDA-FEIRA

29 DE ABRIL

1974

Preço 2\$50

Fundado por
ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA

Director
RAUL Rêgo

PROPRIEDADE DE EDITORIAL REPÚBLICA
REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: RUA DA MISERICÓRDIA, 116 - LISBOA 8
TELEFONES: 32 55 32 - 32 51 35 - 32 53 84

2ª EDIÇÃO

A POSIÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA

Após o movimento de 25 de Abril, foi esta manhã distribuído aos órgãos de Informação o primeiro comunicado do Partido Socialista Por-

tuguês. Eis o referido comunicado:

«1 — O Partido Socialista, na primeira reunião do seu Conselho Directivo após o

destruimento do regime fascista que oprimia o povo português, realizada em Lisboa, em 27 e 28 de Abril, analisou a actual conjuntura política.

Essa reunião decorreu com a participação de membros do interior, a que se juntaram os do exterior hoje regressados do exílio.

O Partido Socialista é a associação política dos portugueses que procuram na de-

(Continua na 16.ª pág.)

O P. C. E O MOVIMENTO DE 25 DE ABRIL

(LER NA PÁGINA CENTRAL)

1.º DE MAIO SERÁ FERIADO NACIONAL E «DIA DO TRABALHADOR»

Um decreto-lei da Junta de Salvação Nacional, datado de 27, institui como feriado nacional obrigatório o dia 1 de Maio.

Aquele diploma, assinado pelo general António de Spínola, é do seguinte teor:

«Tendo a Junta de Salvação Nacional assumido os poderes legislativos que competem ao Governo, decreta, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — É instituído como feriado nacional obrigatório, o dia um de Maio, considerado o «Dia do Trabalhador».

Artigo 2.º — Este diploma entra imediatamente em vigor».

«É PRECISO QUE A RIQUEZA SEJA DE QUEM REALMENTE TRABALHA E NÃO DE PARASITAS E BANQUEIROS»

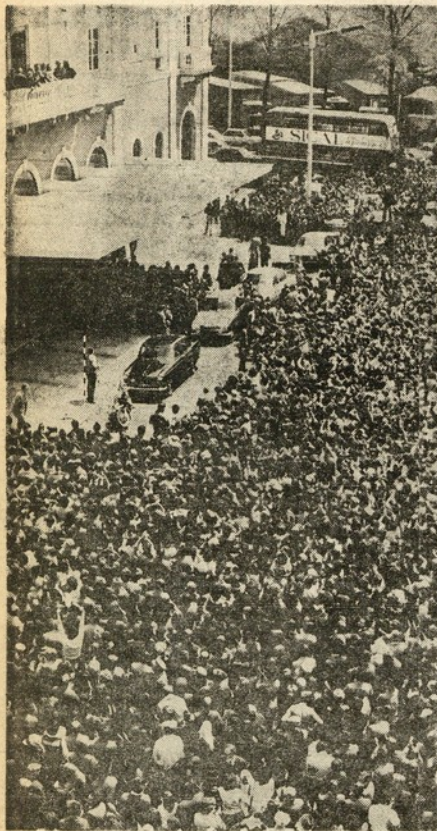
— declarou Mário Soares perante milhares de pessoas

«As Forças Armadas restituiram a voz e a alegria ao povo português», declarou ontem Mário Soares, perante a multidão que o aguardava na gare de Santa Apolónia e que tão vibrantemente o aplaudiu. O «leader» socialista regressou de Paris, onde estava exilado há quatro anos, na companhia dos seus companheiros Ramos da Costa e Tito Morais, também membros do Conselho Directivo do exterior do P. S.

PÃO, PAZ LIBERDADE

O Partido Socialista convocou uma manifestação de

(Cont. na pág. central)



32 PÁGINAS

Foi assim, com esta multidão impressionante a aguardá-lo, que os dirigentes do Partido Socialista regressaram do seu exílio. Entre eles vinha Mário Soares, perseverante desmistificador do regime deposto e como tal vítima designada para os maiores atropelos, que se sucederam nos últimos anos numa cadência regular. Longos minutos decorreriam ainda antes de o cortejo triunfal o levar à Cova da Moura, para um primeiro encontro com o general Spínola.

neste número: suplemento **PRESENÇA DA MULHER**

O REGRESSO DE MÁRIO SOARES A LISBOA



Foi apoteótico o regresso de Mário Soares. Um cortejo automóvel acompanhou-o de Santa Apolónia à Cova da Moura, onde o general António de Spínola o esperava. De braço estendido, já ao pé da sede da Junta, Mário Soares agradece as palmas — uma coisa que a A. N. P. gastava fortunas a inventar

(Continuado da 1.ª pag.)

apoio ao seu secretário-geral e, a partir das 9.30 h., a plataforma da Estação foi-se enchendo de pessoas que empunhavam cartazes («O povo unido jamais será vencido»; «Paz, Paz, Liberdade»; «Não queremos ditadores em hotéis de luxo»).

Enquanto aguardavam a chegada de Mário Soares, as pessoas gritavam incessantemente as palavras de ordem do P. S. e vitóriavam militantes revolucionários (Manuel Serra, Palma Inácio, Emídio Santana).

As atenções da Imprensa estrangeira e o encontro com o primeiro que respondeu a numerosas perguntas sobre o momento político. Declarando-se socialista, Palma Inácio disse ao nosso jornal que a L.U.A.R. não se dissolverá por enquanto, embora passe a actuar no campo propriamente político.

PALMA INÁCIO E MANUEL SERRA

Embora anunciada para as 11.30, a entrada do «Sud Ex-

press» na estação acabou por só se verificar às 12.45 h. O comboio não parou no sítio habitual, por ser impossível o desembarque dos passageiros, devido à aglomeração de pessoas na plataforma. Estava também previsto que Mário Soares se encontrasse com os seus amigos e com os jornalistas numa sala da gare reservada para o efeito, mas a quantidade de pessoas que aí convergiram foi de tal ordem que isso acabou por não ser possível.

Aguardavam Mário Soares os dirigentes do P. S., como Raul Régio, director de «República», Mário Cal Brandão, Armando Bacelar, José Luís Nunes, Salgado Zenha, José Ribeiro dos Santos, Pedro Coelho e Arons de Carvalho, e ainda outras personalidades oposicionistas: prof. Pereira de Moura, José Tengarrinha e uma delegação da CDE de Lisboa.

Mário Soares subiu à varanda do primeiro andar, onde proferiu uma breve alocução. Ladeavam o secretário-geral do Partido Socialista António Macedo, presidente do P. S., José Magalhães Godinho, Ramos da Costa, Tito de Moraes (membros do secretariado do exterior do P. S.) e ainda Hermínio da Palma Inácio, da L.U.A.R., e o militante revolucionário católico, Manuel Serra (um dos responsáveis pelo golpe de Beja).

EXILADOS E DESERTORES

As primeiras palavras de Mário Soares foram para saudar os outros exilados que ainda não regressaram: Álvaro Cunhal, Ruy Luís Gomes, Fernando Pitetira Santos e Manuel Valadares; os que morreram como heróis do combate contra o fascismo, designadamente o general Humberto Delgado; os que nas cadeias resistiram heroicamente, como Manuel Serra, Dias Lourenço e Palma Inácio; os 100.000 jovens desertores que abandonaram Portugal por se recusarem a combater na Guerra Colonial; e, finalmente os milhões de trabalhadores que tiveram de abandonar a sua terra por não encontrarem nela condições para viver.

Organizar a democracia e pôr fim à Guerra Colonial foram as tarefas imediatas apontadas pelo dirigente socialista. A hora não é de divisões partidárias, salientou, a hora é de unidade. Referiu-se à necessidade de reconstruir a Pátria, fazendo com que a riqueza seja canalizada para quem trabalha e não para os parasitas e banqueiros.

«Prestigiar a Imagem de Por-

tugal no estrangeiro» — é outra meta para cuja efectivação o secretário-geral do P. S. se propõe contribuir. E acrescentou: «É indispensável que saibamos manter a ordem, embora sem quebrar o espírito das manifestações espontâneas e populares — os desordeiros são os fascistas».

MENSAGEM DA CDE

Em seguida, Helena Neves, candidata nas últimas eleições para deputados, leu uma mensagem aos exilados socialistas, em nome da Comissão Executiva do movimento CDE.

Finalmente, usou da palavra o dr. José Magalhães Godinho que, extraordinariamente emocionado, proferiu uma saudação aos exilados, às Forças Armadas e ao Povo Português.

Mário Soares concedeu ainda uma conferência de Imprensa, numa sala do primeiro andar do edifício da gare. Respondendo a perguntas dos jornalistas portugueses e estrangeiros, esclareceu que tinha entrado no País por decisão dos dirigentes do seu partido, sem que tivesse havido qualquer combate com a Junta.



Mário Soares em Santa Apolónia, com microfones livres! A seu lado está outro socialista ex-exilado, Tito de Moraes

O GENERAL ANTÓNIO DE SPÍNOLA RECEBEU MÁRIO SOARES

Desde manhã começou a constar, em Lisboa, que Mário Soares se dirigiria directamente de Santa Apolónia para a Cova da Moura, a fim de ser recebido pelo general António de Spínola. Aliás, a partir das nove horas da manhã, o presidente da Junta Militar mostrou-se interessado em falar

com o director do nosso jornal, tendo para o efeito mandado contactar o nosso chefe de redacção pelo telefone.

Efectivamente, depois de ter discursado em Santa Apolónia, Mário Soares dirigiu-se, de automóvel, para a sede da Junta Militar, acompanhado por um cortejo de automóveis e por manifestantes.

O secretário-geral do P. S., entusiasticamente aplaudido pela multidão que se aglomerava em frente à Cova da Moura, foi recebido, durante cerca de trinta minutos, pelo general Spínola. Assistiu à entrevista o nosso director Raul Régio.



Almada livre veio para a rua com o velho democrata José Alalz à frente. Alalz é o homem que em 4 de Outubro de 1910 (64 anos de recordação...) hastoeu a bandeira da República na então pequena localidade ribeirinha. Calcula-se a emoção que extravasou e que o rodeou

O PARTIDO COMUNISTA E O MOVIMENTO MILITAR DO DIA 25 DE ABRIL

Com o pedido de publicação, recebemos, assinado pelo Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, o documento que a seguir transcrevemos:

«1. O movimento militar que, no dia 25 de Abril, depôs Américo Tomás e o governo de Marcelo Caetano, marca uma viragem na situação política portuguesa. O golpe militar culmina o agravamento da crise do regime, de que foram factores determinantes as contradições e dificuldades internas, a luta do povo português e dos povos submetidos ao colonialismo português e a condenação da política do governo. O golpe militar é, ao mesmo tempo, a expressão da adesão de parte importante das Forças Armadas às reivindicações democráticas fundamentais do povo português. Abrem-se reais perspectivas para que, num curto prazo, seja liquidada a ditadura fascista, seja posto fim à guerra colonial e seja instaurado em Portugal um regime democrático.

O P. C. P. saúda calorosamente todos os militares, que, no vitorioso Movimento das Forças Armadas, agiram com uma firme determinação de que estes objectivos sejam plenamente alcançados.

2. O governo foi deposto, mas o regime fascista não foi ainda completamente destruído. Continuam de pé muitas das suas instituições e instrumentos. As liberdades não foram ainda instauradas. Existe o perigo de um contragolpe dos elementos mais reacçãoários. É urgente, por um lado a liquidação do Estado fascista e dos ninhos e forças de conspiração contra-revolucionária e, por outro lado, a participação das forças democráticas e das massas populares na vida política e na obra de renovação necessária e possível no momento presente.

A completa dissolução da PIDE/DGS e de todas as suas estruturas, a amnistia, a libertação dos presos políticos e o regresso dos exilados, a permissão imediata da livre acção do Movimento Democrático, contem-se entre as provas imediatas das reais intenções da Junta de Salvação Nacional e do seu propósito de pôr fim completo ao regime fascista e de cumprir o mandato que lhe foi confiado pelo Movimento das Forças Armadas.

O P. C. P. declara solenemente que apoiará activamente como vitórias da luta popular todas as medidas concretas tomadas para a liquidação do fascismo e a real democratização da vida política portuguesa.

«ELEIÇÕES LIVRES TERÁ DE IMPLICAR UMA LEI ELEITORAL DEMOCRÁTICA»

3. O Movimento das Forças Armadas proclamou na manhã

do dia 25 e a Junta Militar confirmou na sua proclamação da noite de 25 para 26 ser seu propósito a instauração das liberdades democráticas e a realização de eleições livres. Tratase de objectivos fundamentais, por que lutaram sempre, sob a ditadura fascista, o P. C. P. e as forças democráticas e que têm o activo apoio das mais amplas massas populares. As promessas devem t r a n s formar-se rapidamente em actos. Alguns pensarão ainda ser possível substituir a ditadura fascista por uma ditadura militar. É necessário impedir que tal projecto possa ser levado por diante defraudando as esperanças do povo português e a vontade dos militares que corajosamente se levantaram para pôr fim ao fascismo e restituir ao povo português as liberdades de que foi privado ao longo de quase meio século de ditadura.

4. A guerra colonial tornou-se um dos problemas centrais da situação política portuguesa. Tratando-se de um problema que interessa toda a Nação, o primeiro passo é acabar de vez com a interdição do seu debate público e abrir a possibilidade real de que todos os portugueses possam expressar e defender livremente a sua opinião.

O P. C. P. insiste em que urge abrir negociações e pôr rapidamente fim à guerra colonial, no reconhecimento do direito à imediata e completa independência do povo e dos submetidos ao colonialismo português. Quaisquer projectos que visassem manter, sob novas formas, a dominação colonial portuguesa, não só não contribuiriam para a solução do problema, como conduziriam inevitavelmente a um novo agravamento da situação económica, social e política em Portugal.

O povo português deve ser chamado a dizer a última palavra em relação à política a seguir num tão magno problema.

5. A realização de eleições livres para uma Assembleia Constituinte será um passo de capital importância para abrir um processo de transformações democráticas da sociedade portuguesa. Sob nenhum pretexto esse objectivo deve ser desvirtuado. É equívoca a proclamação da Junta a anunciar, por um lado, eleições para uma Assembleia Constituinte e, por outro lado, a eleição do Presidente da República, dando portanto já como aprovada determinada disposição constitucional que só a Assembleia poderá vir a decidir.

Eleições livres terão de implicar uma lei eleitoral democrática, um recenseamento honesto controlado pelo povo, o direito de acção dos partidos políticos, as liberdades de imprensa, de propaganda e de reunião, e a fiscalização efecti-

va do acto eleitoral. Na situação específica agora existente, a melhor garantia para a realização de eleições realmente livres seria a constituição de um governo provisório com a representação de todas as forças e sectores políticos democráticos e liberais. O P. C. P. declara-se pronto a assumir as responsabilidades respectivas.

«REFORÇAR A UNIDADE NA ACÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA»

6. O P. C. P. adverte contra quaisquer propósitos de discriminação anticomunista. Não pode haver liberdade em Portugal sem a legalidade do P. C. P., principal força na luta contra a ditadura fascista durante as décadas de anos da sua existência, luta na qual os comunistas fizeram sacrifícios inigualados. Não pode tão-pouco realizar-se as profundas transformações democráticas da sociedade que os problemas nacionais impõem, sem a activa participação do P. C. P., partido dos trabalhadores, o grande partido do movimento antifascista português. A legalidade do P. C. P. será o verdadeiro critério da instauração das liberdades democráticas em Portugal.

7. A liquidação da ditadura fascista, a instauração das liberdades, a realização de eleições verdadeiramente livres exigem, que, neste momento crucial, a classe operária, as forças democráticas, a juventude, as massas populares, tomando por um lado uma atitude positiva em relação a quaisquer medidas da Junta Militar que vão ao encontro das reivindicações populares, desenvolvam por outro lado, a mais ampla acção insistindo nas reivindicações essenciais do movimento democrático.

É necessário mais que nunca reforçar a unidade na acção da classe operária, das forças democráticas, da juventude, de todos os antifascistas e anticolonialistas portugueses. É também necessário e possível forjar uma sólida união entre as forças populares e os militares de sentimentos democráticos (oficiais, sargentos e soldados), que intervieram numerosos no movimento militar. Essa união será nas condições presentes da liquidação final do fascismo, da instauração de um regime democrático em Portugal, da paz, da defesa de independência nacional.

8. Fica assim claramente definida a posição do P. C. P. em relação ao Movimento Militar de 25 de Abril, imediatamente após a proclamação à Nação da Junta de Salvação Nacional, feita pela R. T. P., na noite de 25 para 26.

Está ao alcance do povo português a liquidação da ditadura, o fim da guerra, a instauração de um regime democrático. Da unidade, da organização e da acção pronta e audaz de todos os democratas depende fundamentalmente que tais objectivos sejam alcançados.

26 de Abril de 1974
O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português.»

A JUNTA PEDE QUE O POVO MANTENHA A MAIOR CALMA

A Junta de Salvação Nacional aconselha «todas as elementos da população a guardarem a maior calma», por forma a que tudo continue a processar-se dentro da ordem e civismo que constituem apanágio das Forças Armadas. Este apelo consta do seguinte comunicado à Nação, no qual se lê também serem absolutamente indesejáveis quaisquer tentativas de justiça sumária.

As Forças Armadas, que em boa hora decidiram libertar o País, tem verificado, a cada passo, o extraordinário entusiasmo com que a população tem acompanhado e aplaudido todas as operações militares. As provas de simpatia e de carinho recebidas a todo o momento pelos militares por parte da

que poderiam conduzir a uma situação de confronto entre militares e populares, o que atrairia os propósitos da um Movimento que teve na defesa dos direitos do Povo Português a sua preocupação.»

a missão que se impuseram sem haverem derramado uma única gota de sangue e orgulhar-se-ão, também, de continuarem no cumprimento dos seus objectivos dentro desse mesmo critério. Para isso, porém, precisam da colaboração de todos os portugueses, pelo que a Junta de Salvação Nacional lança o seguinte apelo:

A todos os elementos da Direcção-Geral de Segurança e Legião Portuguesa que ainda não se entregaram pede a sua apresentação voluntária nas unidades militares mais próximas, a fim de evitarem represálias por parte de elementos da população que se mostram mais exaltados.

A todos os elementos da população aconselha a maior calma, para que tudo continue a processar-se dentro da ordem e civismo que constituem apanágio das Forças Armadas.

Dado que o Movimento das Forças Armadas reconhece o princípio da sua administração da justiça sem culpa formada, não podem as Forças Armadas consentir que elementos da população tentem exercer cegas represálias individuais ou colectivas sobre quaisquer agentes da Direcção-Geral de Segurança, legionários ou outros indivíduos, pelo que não tem outra alternativa que não seja a de proteger toda a cidadania, seja qual for a sua condição.

Salientam-se, ainda, veementemente, os riscos que se correm, caso se verifiquem tais procedimentos, de cometer injustiças irreparáveis sobre pessoas inocentes. Pede-se, por conseguinte, que sejam evitadas quaisquer tentativas de justiça sumária

PEREIRA DE MOURA INTERESSADO EM COLABORAR COM MÁRIO SOARES

Entrevistado para uma emissora inglesa de televisão, o economista Francisco Pereira de Moura afirmou que aceitaría colaborar com Mário Soares, caso este viesse a formar Governo. Acrescentou que o Povo Português tem demonstrado o maior civismo nas manifestações.

a época

Domingo, 28 de Abril de 1974
Ano L - N.º 11 - Preço 250\$

a época

Segunda-Feira, 29 de Abril de 1974
Ano L - N.º 2 - Preço 250\$

1 SEMANA em LONDRES

PARTIDAS: TODOS OS DOMINGOS
ABRIL 21 e 28
MAIO 5, 12, 19 e 26
JUNHO 2, 9, 16, 23 e 30

Preços excepcionais desde 3250\$
EXCLUSIVO:
● Viagem em avião a Jecto BIRHI
● Estadia no Hotel
● Transportes em terra
● Visita turística de Londres
● Taxas Hoteleiras
● Assistência de Guia (gratuito)
ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA
abreu
fundada em 1940
LISBOA: Av. da Liberdade, 160 - Tel. 32 00 21
PORTO: Av. dos Aliados, 237 - Tel. 378 21
COIMBRA: Rua de São, 2 - Tel. 270 1/2

OS HAVERES DA A. N. P. REVERTEM PARA O ESTADO

Os haveres da Acção Nacional Popular revertem a favor do Estado, de acordo com um decreto-lei da Junta de Salvação Nacional, assinado pelo respectivo presidente, general António de Spínola. O decreto-lei, datado do dia 25, é do seguinte teor: «Tendo a Junta de Salvação Nacional assumido os poderes legislativos que com-

petem ao Governo, decreta, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — É dissolvida a Acção Nacional Popular.

2 — Os haveres desta Associação revertem a favor do Estado.

Artigo 2.º — Este diploma entra imediatamente em vigor.»